

**SINDICALISMO, COOPERATIVISMO E O DILEMA DA  
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES  
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO<sup>1</sup>**

***TRADE UNION-ISM, COOPERATIVE-ISM AND THE DILEMMA  
OF WORKERS' POLITICAL REPRESENTATION  
IN CONTEMPORARY BRAZIL***

---

Selma Cristina Silva de Jesus<sup>\*</sup>

**Resumo**

Este trabalho visa refletir sobre a relação entre sindicalismo e cooperativismo a partir da experiência da Central Única dos Trabalhadores no campo da economia solidária, nos anos 1990 e 2000. Mais precisamente, buscamos analisar se as experiências da Central nesse campo têm contribuído para a concretização do seu discurso de que o apoio ao cooperativismo vem responder à necessidade de geração de renda e de representação política dos trabalhadores informais e desempregados no cenário urbano. Para tanto, desenvolveu-se uma ampla pesquisa bibliográfica sobre a temática, levantou-se dados secundários e realizou-se uma pesquisa de campo em 15 empreendimentos solidários baianos. O artigo está estruturado em três partes principais. Na primeira, realiza uma rápida abordagem sobre as estratégias adotadas pela Central Única dos Trabalhadores diante das mudanças no mundo do trabalho a partir dos anos 1990. Em seguida, volta o olhar para a discussão sobre os elementos explicativos da incorporação da economia solidária e da criação da Agência de Desenvolvimento Solidário pela Central Única dos Trabalhadores, bem como da constituição da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários de âmbito nacional. Por fim, faz uma análise do trabalho desenvolvido pela Agência e pela Central de Cooperativas nos empreendimentos solidários urbanos pesquisados, procurando demonstrar se essas instituições têm obtido êxito no tocante à geração de renda e à representação política do conjunto da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Sindicalismo. Cooperativismo. Central Única dos Trabalhadores e representação política.

---

<sup>1</sup> Este trabalho apresenta de forma sintética e atualizada alguns resultados da tese *Da "cidadania regulada" à cidadania regressiva: um estudo de caso do projeto de cooperativismo urbano da CUT*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (Disponível em: <http://www.ppgcs.ufba.br/site/db/trabalhos/642015110556.pdf>). Convém ressaltar que inicialmente o trabalho de campo e o levantamento de dados secundários e bibliográficos foram realizados entre os anos de 2006-2010, posteriormente, a pesquisa foi atualizada abarcando os anos de 2012 e 2013.

<sup>\*</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora adjunta da Faculdade de Educação da UFBA e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA, Brasil. E-mail: selmacsj@gmail.com

**Abstract**

This paper aims to reflect on the relationship between trade union-ism and cooperative-ism, based on CUT's experience in the field of solidarity economy, in the 1990s and 2000s. More precisely, it seeks to analyze if CUT's (*Central Única dos Trabalhadores*) experiences in this field have contributed towards the realization of its discourse that support to cooperative-ism is responding to income generation needs and the political representation of informal workers and the unemployed in urban setting. To this end, broad bibliographical research on the subject, a survey of secondary data and field research in 15 Bahian solidarity ventures were carried out. This article is structured in three main parts. In the first section, it briefly covers the strategies adopted by CUT in face of changes taking place in the world of labor since the 1990s. It then turns its focus to discuss explanatory elements of the incorporation of the solidarity economy and the creation of ADS (Solidarity Development Agency) by CUT, as well as the constitution of the Central of Cooperatives and Solidarity Ventures on a national level (Unisol Brasil). Finally, it carries out an analysis of work developed by ADS-CUT and Unisol Brasil in the urban solidarity ventures researched, seeking to demonstrate if these institutions have achieved success with regard to income generation and political representation of the working class as a whole.

**Keywords:** Trade unionism. Cooperativeism. *Central Única dos Trabalhadores* and political representation.

**Introdução**

A desregulamentação do mercado de trabalho, a partir da crise do fordismo e da transição para um modelo de acumulação flexível, bem como o desemprego estrutural e as novas formas de contratação da mão de obra associadas a esse processo, provocou o ressurgimento do ideário cooperativista no cenário urbano a partir dos anos 1990. Segundo Lima (2002), nesse período, o movimento sindical no Brasil teve uma ação diferenciada em relação às cooperativas de trabalho e de produção, conforme as especificidades regionais e locais. Nesta perspectiva, os sindicatos ora combateram as cooperativas, entendendo que, muitas vezes, estas têm sido utilizadas para terceirização do trabalho a custos reduzidos; ora, em outros momentos, propuseram a constituição de cooperativas de trabalho e produção como alternativas de trabalho e renda para os trabalhadores de empresas em situação falimentar ou para trabalhadores desempregados.

É nesse contexto que, em 1999, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) criou a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), com intuito de fomentar o cooperativismo. A criação da ADS – e, conseqüentemente, a incorporação da economia solidária (ES) como resposta ao desemprego e à precarização social do trabalho – deu-se em meio a uma série de conflitos e posições divergentes em relação ao modelo de sindicalismo propositivo e cidadão adotado pela CUT e aos limites e possibilidades da própria ES.

Ao analisar tais conflitos, observa-se, de um lado, que as críticas em relação ao apoio do movimento sindical à economia solidária diziam respeito, fundamentalmente, à existência de dois riscos eminentes: 1) risco de criação de uma situação paradoxal, na qual se teria, de um lado, trabalhadores cooperados sem direitos trabalhistas e, de outro, trabalhadores assalariados com acesso aos direitos do trabalho; 2) risco das cooperativas se transformarem em gestoras do trabalho

terceirizado e, nesse sentido, cumprirem uma função estratégica no próprio processo de terceirização.

De outro lado, ao adotar o modelo sindical propositivo e cidadão, a Central – mais precisamente, sua tendência política majoritária, a Articulação Sindical – via na economia solidária um eixo para a construção de uma política de trabalho e renda destinada aos trabalhadores informais e/ou desempregados. Por meio dessa política, a CUT, além de dialogar com as demandas de geração de trabalho e renda, pretendia também dar respostas mais efetivas às demandas de representação política da classe trabalhadora como um todo, e não apenas dos trabalhadores assalariados. Isso porque havia um entendimento por parte dos dirigentes da CUT que os sindicatos precisavam incorporar em sua base de representação os trabalhadores informais e desempregados. Nas palavras de Magalhães e Todeschini<sup>2</sup> (2003, p. 146):

A recessão e a reestruturação produtiva e seus impactos no mercado de trabalho estão também provocando fortes impactos na ação sindical que a colocam numa condição de impasse [...]. No plano organizativo diminui a base tradicional da ação sindical e *torna-se imperativo o trabalho com o setor informal e mesmo com os desempregados*, que cada vez mais passam a responder por boa parte do mercado de trabalho real.

Partindo desse cenário, busca-se neste trabalho responder a seguinte questão: as experiências da CUT no campo da economia solidária no cenário urbano têm contribuído para a concretização do discurso da Central de que o apoio ao cooperativismo vem responder à necessidade de geração de renda e de representação política dos trabalhadores como um todo, para além do trabalho assalariado?<sup>3</sup>

---

2 Remígio Todeschini é o coordenador nacional da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT.

3 Ressaltamos que neste estudo o foco é a relação entre sindicalismo e cooperativismo urbano. Tal opção justifica-se, fundamentalmente, por quatro razões: i) diante do aumento do desemprego nos anos 1990, o cooperativismo ressurge no cenário urbano como uma alternativa de trabalho e renda para os desempregados ou trabalhadores informais dos centros urbanos, a exemplo de Salvador e sua Região Metropolitana; ii) Por outro lado, na década de 2000 e, particularmente em 2003, após a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) verifica-se uma maior institucionalização da economia solidária no Brasil e a proliferação de cooperativas no cenário urbano; iii) Na Bahia, há uma carência de pesquisa sobre a relação entre sindicalismo e economia solidária no cenário urbano. De outra parte, existe uma vasta produção sobre o cooperativismo rural, demonstrando que a economia solidária tem sido evocada no debate sobre a questão agrária no Brasil – inclusive sendo assumida por movimentos sociais do campo, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que vê no cooperativismo o modelo para o desenvolvimento da produção nos assentamentos (SINGER, 2002; SINGER, SOUZA, 2003); iv) a ação diferenciada de vários sindicatos cutistas que atuam na Região Metropolitana de Salvador em relação ao cooperativismo. Muitas vezes, tais sindicatos combateram as cooperativas de trabalho e de produção por entender que se tratava de empresas que se utilizavam da figura jurídica de cooperativas para obter ganhos. E em outros momentos, passaram apoiar tais iniciativas como forma de gerar trabalho e renda para os desempregados ou trabalhadores informais.

Visando responder tal indagação, foi desenvolvida uma ampla pesquisa bibliográfica sobre a temática, levantamento de dados secundários e pesquisa de campo. A pesquisa de campo foi dividida em duas fases interdependentes. Na primeira fase, realizamos a pesquisa na CUT. Na Central, fizemos um levantamento de dados secundários sobre a ADS, bem como analisamos as resoluções dos congressos e das plenárias da CUT e entrevistamos sete dirigentes sindicais<sup>4</sup>. Posteriormente, desenvolvemos um estudo de caso em 15 empreendimentos solidários (cooperativas e associações) apoiados pela ADS-CUT na Bahia<sup>5</sup>. Nesta fase, foram realizadas 30 entrevistas<sup>6</sup>.

Conforme Mazzotti (2006), o estudo de caso é uma modalidade específica de pesquisa de campo que tem por objetivo empreender uma análise em profundidade do objeto de estudo. Sabe-se que é impossível, a partir dessa modalidade de pesquisa, fazer generalização estatística (isto é, generalizações a partir do estudo de uma amostra representativa de determinada população ou fenômeno). Razão pela qual os 15 empreendimentos pesquisados foram selecionados de forma não intencional e não se constituem numa amostra representativa do fenômeno estudado. Em outras palavras, admitimos que os resultados do estudo empírico não podem ser generalizados para o conjunto dos empreendimentos acompanhados pela ADS-CUT,

---

4 Dos 7 dirigentes sindicais entrevistados, 2 pertencem a diretoria da CUT-Nacional, 3 são da CUT-Estadual e 2 da ADS-CUT.

5 Conforme demonstraremos na terceira seção deste artigo, na Bahia, em 2010, havia 60 empreendimentos solidários vinculados à ADS-CUT. Destes, pesquisamos 15 (isto é, 25% dos empreendimentos existentes no estado).

6 Nessa segunda fase, a pesquisa de campo desenvolveu-se por meio do estudo de 15 empreendimentos solidários vinculados a ADS-CUT no estado da Bahia. Durante a pesquisa, utilizou-se a entrevista e a observação como principais técnicas de coleta de dados. Quanto à distribuição destes empreendimentos por ramos de atuação, verificamos que a maioria dos casos estudados é do Complexo de Reciclagem, perfazendo um total de 5 cooperativas, seguidos pelas seguintes áreas: alimentação, com 3 empreendimentos; artesanato, 3; têxtil (costura), 3 e alimentação e artesanato, 1. No que concerne à localização geográfica, a maioria (isto é, 69%) dos empreendimentos está situado na cidade de Salvador. Os demais se encontram distribuídos entre os municípios de Lauro de Freitas/BA, Nova Esperança/BA e Nova Fátima/BA, com 6% dos empreendimentos em cada cidade mencionada. Na seção desse artigo, intitulada “Uma breve abordagem sobre o perfil dos entrevistados”, descrevemos o perfil dos 30 trabalhadores cooperados ou associados entrevistados. Por fim, registramos que três critérios foram utilizados para a seleção dos empreendimentos que compôs a amostra desta pesquisa, quais sejam: 1) como o objeto de estudo diz respeito ao projeto de cooperativismo urbano da CUT, privilegiamos a seleção de empreendimentos da capital baiana; 2) devido ao fato de a literatura especializada sobre cooperativismo indicar que tais práticas são mais fortemente desenvolvidas no meio rural, foram selecionadas também três cidades que não se constituíssem no principal centro urbano do estado baiano. Assim, pesquisamos um empreendimento situado em Lauro de Freitas/BA, cidade que compõe o quadro da Região Metropolitana de Salvador e outras duas no interior do estado da Bahia, na região do semiárido, quais sejam: Nova Fátima e Nova Esperança; 3) para a seleção dos empreendimentos que foram pesquisados fora de Salvador, os critérios predominantes foram a acessibilidade e a aceitação das associações em participar da pesquisa.

tampouco para a totalidade dos empreendimentos vinculados à economia solidária existentes na Bahia (muito menos no Brasil). Mas, a partir do exame metuculoso e articulado entre a bibliografia, os dados secundários levantados e os “achados” da pesquisa de campo (realizada em 15 empreendimentos solidários da ADS-CUT na Bahia), assim como a comparação dos resultados desta pesquisa com os de pesquisas com temáticas similares ou correlatas realizadas em outros contextos, foi possível, em diversos momentos, realizar “generalizações analíticas” (ou seja, generalizações de tipo não estatístico)<sup>7</sup>.

Por fim, enfatizamos que a generalização dos resultados desta pesquisa não se constitui em um objetivo do trabalho ora apresentado. Desse modo, nossa preocupação central é a compreensão do trabalho da ADS-CUT via a implantação do seu projeto de cooperativismo urbano, em Salvador e em sua Região Metropolitana, em sua complexidade e profundidade, a partir do estudo de casos múltiplos, da bibliografia e do levantamento de dados secundários.

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira, realizaremos uma rápida abordagem sobre as estratégias adotadas pela CUT diante das mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos 1990. Em seguida, voltaremos nosso olhar para a discussão sobre os elementos explicativos da incorporação da economia solidária e da criação da ADS pela CUT. Posteriormente, faremos uma análise do trabalho desenvolvido pela ADS-CUT em 15 empreendimentos solidários urbanos, procurando demonstrar se o projeto de cooperativismo urbano da CUT tem obtido êxito no tocante à geração de renda e à representação política do conjunto da classe trabalhadora.

### **A Central Única dos Trabalhadores (CUT) diante das mudanças do mundo do trabalho: uma breve análise do Sindicalismo-CUT anos 1990 e 2000**

A partir dos anos 1980, o capitalismo passa por uma fase de reestruturação em nível mundial. Tal processo é marcado pela globalização, pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo<sup>8</sup>. No Brasil, a conjunção destes movimentos, configurou um “novo e precário mundo do trabalho” que é caracterizado, fundamentalmente, por uma crise do emprego (ou do trabalho assalariado), por altas taxas de desemprego (principalmente nos anos 1990) e pela emergência de novas (e

---

<sup>7</sup> Segundo Yin (1984 apud MAZZOTTI, 2006), o fato de não ser possível realizar generalização estatística em estudos de caso, não significa dizer que a partir desta modalidade de pesquisa não podemos ir além dos casos estudados. Pois, com base nos resultados de um estudo de caso, um pesquisador pode realizar teste(s) de sua(s) hipótese(s) em outros contextos (replicação) e caso tais hipóteses sejam confirmadas, torna-se possível a generalização (de tipo não estatístico). Ademais, um pesquisador pode comparar seus achados de pesquisas com estudos similares e estabelecer correlações para além do contexto estudado. Este processo de generalizar os resultados do estudo de um caso através da replicação ou comparação com outros estudos é denominado de “generalização analítica”.

<sup>8</sup> Para aprofundamento deste debate, ver Druck (1999).

precárias) formas de contratação da mão-de-obra (ALVES, 2000).

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), no Brasil, a taxa de desemprego cresceu expressivamente nos anos 1990, sobretudo se comparada aos índices de desemprego da década anterior. Nos anos 1980, a taxa de desemprego oscilou entre 2% e 4%, em 1992, esta taxa alcança o patamar de 6%, já em 1993 a 1995, constatou-se uma pequena recuperação do nível de ocupação, que não foi suficiente para reverter o deficit de emprego gerado nos períodos anteriores. Em 1996, o desemprego aumenta significativamente, chegando ao nível elevado de 9,4%. No início da década de 2000, o nível de emprego permanece elevado, atingindo seu pico em 2003 ao alcançar 9,6%.

Nos 1990 e 2000, como resposta ao desemprego estrutural, as experiências no campo da economia solidária proliferaram em todo o País. A Secretaria Nacional da Economia Solidária (Senaes)<sup>9</sup>, entre os anos 2005 e 2007, realizou o primeiro mapeamento da economia solidária de âmbito nacional, pesquisando 21.859 empreendimentos solidários distribuídos pelo Brasil. Entre os anos de 2009-2013, realizou a segunda edição do mapeamento, na qual pesquisou 19.708 empreendimentos solidários distribuídos pelo território nacional. No primeiro mapeamento, a Senaes constatou que grande parte dos empreendimentos pesquisados começou a funcionar nos anos 1990 e 2000 (isto é, 39,6% e 49,4% respectivamente). Vale ressaltar que nesse primeiro mapeamento, em 31,5% dos casos estudados, o principal motivo para a constituição dos empreendimentos era a necessidade de criar uma alternativa ao desemprego. Ao analisar os dados da segunda edição da pesquisa da Senaes, constatamos que a maioria dos empreendimentos começou nos anos 2000 (ou seja, 65,1%) e 27,3% nos anos 1990. A Senaes registrou ainda que, em 2013, existiam 1.423.631 trabalhadores ocupados nos empreendimentos econômicos solidários no Brasil<sup>10</sup>.

Os dados da (PNAD/IBGE) revelam, ainda, que, a partir de 2004, a taxa de desemprego começa a diminuir, caindo de 8,3% em 2009 para 6,7%

---

9 Em 2003, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei do presidente Luís Inácio Lula da Silva, criando a Secretaria Nacional de Economia Solidária, que está vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (SINGER, 2004).

10 Segundo a Senaes, os mapeamentos realizados tinham por objetivos principais traçar um retrato da economia solidária no Brasil e organizar um banco de dados designado de Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (Sies). Vale ressaltar que de acordo com Ogando [s.d.], no segundo mapeamento (realizado entre os anos de 2009 e 2013) foi estabelecida a meta de visitar todos os empreendimentos pesquisados na primeira edição da pesquisa e ampliar em 25% a amostra do primeiro mapeamento. Contudo, ainda conforme o referido autor, os dados do segundo mapeamento revelam que 50% dos empreendimentos pesquisados na primeira edição da pesquisa deixaram de existir ou mudaram de nome ou de endereço, ou ainda, não atendiam mais aos critérios do SiesIES. Por esta razão, no segundo mapeamento o tamanho da amostra é de 19.708 empreendimentos. Os dados do primeiro mapeamento encontram-se disponíveis em: <[http://base.socioeco.org/docs/sies\\_atlas\\_parte\\_1.pdf](http://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf)>. Os do segundo mapeamento estão disponíveis em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>.

em 2011. Todavia, vale registrar que essa recuperação não representou uma ruptura com o quadro mais geral de desigualdades sociais e nem recomposição do mercado de trabalho. O número de pessoas desempregadas no Brasil, ainda, é grande. Em 2013, conforme a PNAD/IBGE, havia no Brasil 1,3 milhões de desempregados(as).

Ao analisar a dinâmica do trabalho, Druck e Franco (2007) afirmam que mesmo com a melhora da taxa de desemprego, assistimos a um processo intenso de precarização do trabalho no Brasil, que se expressa: 1) nos baixos graus de proteção social e no não respeito aos direitos trabalhistas – como, por exemplo, o aumento expressivo da terceirização, do trabalho precário e das diversas formas de inserção inadequada dos trabalhadores (falsas cooperativas, relações de assalariamento disfarçadas, como as empresas do “eu sozinho”); 2) na expansão da informalização do mercado de trabalho<sup>11</sup>; 3) na emergência de problemas de saúde e acidentes de trabalho, em função da intensificação do trabalho e da falta de treinamento dos trabalhadores, sobretudo os terceirizados; 4) na fragilização e pulverização das organizações sindicais, que passam a vivenciar uma crise, encontrando dificuldades para conter a precarização do trabalho.

Há uma relativa concordância entre vários autores (ALVES, 2000; ANTUNES, 1997; RODRIGUES, L., 1998; NORONHA, 2009; POCHMANN, BARRETO, MENDONÇA, 1998; DRUCK, 1999, 1996) que o sindicalismo, a partir de 1990, entrou em crise. Neste artigo, abordaremos três alterações importantes que têm sido consideradas como expressão dessa crise, a saber: diminuição da quantidade de greves, maior atuação dos sindicatos nos espaços institucionais e despolitização dos sindicatos.

Noronha (2009) apresenta estatísticas atualizadas sobre o ciclo de greves no Brasil de 1978 até 2007. O referido autor identifica dois grandes ciclos de greve. O primeiro ocorre entre os anos de 1978 e 1997, e está subdividido em três fases: início, auge e declínio do movimento grevista. O segundo grande ciclo inicia em 1998 e se desenvolve até 2007. Este último ciclo é marcado pelo processo, denominado por Noronha, de “normalização” das greves, e sua ocorrência se dá entre os governos de Cardoso e Lula.

---

11 O processo de informalização do mercado de trabalho diz respeito à inserção informal de pessoas no mercado de trabalho. Ou seja, no Brasil, há um grande contingente de pessoas que trabalham sem registro formal ou carteira de trabalho assinada. No caso brasileiro, essa formalização é importante porque tem relação direta com o acesso aos direitos trabalhistas, tais como: férias remuneradas, décimo terceiro, etc. Os dados fornecidos em *Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente* (2008), publicação conjunta da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), revelam que no Brasil, a inserção informal cresceu de forma expressiva durante toda a década de 1990 e apresentou uma pequena redução nos anos 2000. Mas essa redução não suficiente para reverter a característica estruturante do mercado de trabalho brasileiro, qual seja: a inserção informal e precária. Registramos, ainda, que os impactos da informalidade são vivenciados de forma desigual pelos segmentos de trabalhadores. Assim, a inserção informal e precária é maior entre as mulheres e negros.

No primeiro grande clico (1978-1997), Noronha verifica uma tendência crescente do número de greves, desde a fase inicial, em 1978, até 1992. A partir de 1993, o autor constata que a média anual de greves sofreu uma queda, passando de 842 (1993-1994) para 322 greves (2003-2007). Embora Noronha (2009) reconheça que a queda no volume de greves tem relação com a crise do sindicalismo, sobretudo no período dos governos Cardoso e Lula, o autor ressalta que a explicação dos ciclos de greve tem relação, também, com as questões macropolíticas e macroeconômicas do Brasil, que alteraram profundamente a agenda sindical<sup>12</sup>.

Boito Jr. e Marcelino (2009), analisando as estatísticas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) sobre o número de greves entre 2004-2007, defendem a tese de que, a partir de 2004, é possível verificar uma conjuntura de recuperação do sindicalismo. Os referidos autores afirmam que há um crescimento do número de greves e a maioria delas resulta em ganhos reais de salário. Dentre outras variáveis, demonstram que a média anual no período é de 300 greves, envolvendo um total 1,5 milhões de trabalhadores. Revelam, ainda, que 90% das greves conseguiram estabelecer negociação com os empregadores (BOITO JR.; MARCELINO, 2009, p. 7). Com base nestes dados, os autores concluem que o sindicalismo entra numa fase de “plena recuperação”.

O aumento da participação do sindicalismo nos espaços institucionais tem sido visto como mais um indicador da crise. Coimbra (2006), analisando o período de 1990 e os anos 2000, afirma que os sindicatos têm priorizado a ação institucional em detrimento da ação com os trabalhadores. Na avaliação da autora, este fato tem gerado um distanciamento entre as decisões das direções sindicais e as demandas dos trabalhadores.

A ênfase na atuação nos espaços institucionais em detrimento dos movimentos de massa revela, conforme Druck (1996), que o sindicalismo vivencia um intenso processo de despolitização. A despolitização se constitui em um dos problemas centrais do sindicalismo, que se expressa, de um lado, na falta de perspectiva política mais geral de transformação e de luta pela hegemonia na sociedade; e, de outro, no reforço da atuação dos sindicatos como instituição do capital. Este fato faz com que o sindicalismo atue no campo da “legalidade do capital”, sem conseguir vislumbrar um caminho independente para a classe trabalhadora. (DRUCK, 1996, p. 34).

A CUT, por exemplo, a partir dos anos 1990, adotou um novo modelo sindical, designado de sindicalismo propositivo, que tem como principal característica a elaboração de propostas de soluções dos problemas da classe trabalhadora para negociá-las nos espaços institucionais, a exemplo dos fóruns tripartites. Entendemos que a proposta propositiva em si não é inadequada, o problema reside na necessidade de elaborar propostas “realistas”. Isto significa que as propostas devem se restringir aos marcos do capitalismo e mais: que sejam consideradas exequíveis pelos empresários e pelo governo. Trata-se, conforme mostram os dados da pesquisa, de retomar as práticas de conciliação entre as classes

---

12 Para maior aprofundamento desta questão, ver Noronha, 2009.



tão criticadas e abandonadas inicialmente pelo “novo sindicalismo”, do qual a CUT é uma das expressões, como revela os depoimentos dos sindicalistas:

Na época da fundação da CUT, ainda no início da década de [19]80 até o final de [19]90 nós vivemos o que nós chamávamos de um movimento sindical reativo. Reagia ao arrocho salarial, à violência contra os trabalhadores, muito por direitos políticos, inclusive, e nós avançamos. A CUT foi uma das entidades principais que contribuiu com as transformações que o Brasil viveu nessas últimas três décadas, enfim. Hoje o que chamamos de um movimento sindical propositivo é o movimento sindical que constrói a pauta, que busca a negociação, né? [...] nós também temos a tarefa de sermos responsáveis pelo desenvolvimento, pelo crescimento do país, não apenas pelos direitos dos trabalhadores, mas por um projeto de desenvolvimento. [...] Esse ano de 2010, a CUT está discutindo, pautando as suas agendas e suas campanhas em torno do desenvolvimento e da construção da plataforma da classe trabalhadora para 2010 [...]. (Sexo Masculino, Dirigente da CUT-Bahia; Tendência: Articulação Sindical).

Eu vejo [o sindicalismo propositivo] como uma forma de conciliação de classe. Porque a conciliação de classe é o que está acontecendo na prática. Mas eu repito tem companheiros que estão nessa por ilusão, achando que a conciliação de classe vai resolver alguma coisa. É ideológica mesmo. (Sexo masculino, dirigente da CUT-Bahia; tendência Movimento Terra, Trabalho e Liberdade).

Convém ressaltar que há resistências e críticas ao sindicalismo propositivo no interior da CUT, embora este modelo sindical tenha se tornado hegemônico na Central.

O sindicalismo propositivo adotado pela CUT convergiu com o chamado “sindicalismo cidadão”. O sindicato cidadão consiste justamente na ênfase da participação dos sindicatos nos espaços institucionais e do caráter colaboracionista do movimento sindical, por meio da prestação de serviços aos trabalhadores (sindicalizados ou não). Os dados desta pesquisa confirmam a tese de Galvão (2003) de que, a partir do modelo de sindicalismo cidadão, os sindicatos, muitas vezes, passam a atuar de forma similar às organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, os sindicatos passam (por meio da associação ao governo e às instituições da “sociedade civil”) a realizar serviços públicos que anteriormente estavam sob a responsabilidade do Estado. Conforme a referida autora, a noção de cidadania adotada pela CUT dilui (e muitas vezes oculta) o caráter classista da sociedade.

Em relação à política de emprego, Galvão (2003) afirma que a CUT assume as seguintes ações: 1) fornece cursos de qualificação profissional; 2) executa serviços de intermediação de mão de obra. Acrescentamos às ações mencionadas por Galvão, a política da CUT de geração de renda via a difusão do modelo da economia solidária e o fomento de cooperativas ou outros empreendimentos de cunho solidário. Ou seja, a CUT, no âmbito do sindicalismo cidadão, que, por sua vez, reforça o método propositivo, passou a defender a economia solidária e, conseqüentemente, as cooperativas e demais empreendimentos solidários, a partir da criação da ADS.

## O nascimento da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) e da Unisol Brasil

A análise das resoluções dos congressos da CUT revela que, na Central, num primeiro momento, o debate sobre o cooperativismo se restringia praticamente ao universo rural. Neste momento, as cooperativas rurais eram vistas como uma solução para o problema da comercialização da pequena produção agrícola. Contudo, as referências ao cooperativismo nos congressos da CUT vão gradativamente se metamorfoseando. Na resolução do II Congresso Nacional da CUT (Concut), é possível identificar uma menção às cooperativas habitacionais como uma forma de enfrentamento do problema da moradia nos centros urbanos.

Já no III Concut, não houve referência ao cooperativismo e no IV, o cooperativismo começa a ser relacionado ao desemprego urbano. Em 1997, no VI Concut, a Central passou a debater mais o cooperativismo. Em sua resolução, identificamos 16 referências ao tema: há menção ao debate sobre a relação entre cooperativismo e sindicalismo, à questão do cooperativismo tradicional no meio rural e ao problema das falsas cooperativas de trabalho. Neste congresso, a Central se posiciona contra as falsas cooperativas, que estavam sendo utilizadas de forma recorrente, sobretudo no cenário urbano, visando um processo de terceirização com custos reduzidos. Em função desta avaliação, no VI Concut foi aprovada uma moção de repúdio à proliferação de falsas cooperativas no setor calçadista do Ceará e no setor rural do interior do estado de São Paulo.

Em 1998, a Executiva Nacional da CUT começou a debater seu projeto de cooperativismo, e nas resoluções do VII, VIII e IX congressos identificamos as principais diretrizes da atuação da CUT no campo da economia solidária. Na resolução do VII Concut estão registrados os objetivos e a missão da Agência de Desenvolvimento Solidário:

[...] a geração de novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e a contribuição à construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável; democratizar o acesso dos trabalhadores ao crédito; proporcionar a formação de agentes de desenvolvimento solidário; ampliar o acesso dos trabalhadores a informações sobre políticas públicas, legislação e mercado; e proporcionar assessoria técnica, jurídica e política às organizações solidárias. (RESOLUÇÕES DO VII CONGRESSO NACIONAL DA CUT, 2000, p. 20-21).

A análise das resoluções congressuais do VII ao IX Concut, assim como do caderno de teses do X Concut, revela que o projeto de cooperativismo da Central se constitui numa resposta à crise do desemprego, que traz consigo uma série de contradições. Isto porque tal projeto se constitui numa estratégia para geração de trabalho e renda, mas ao mesmo tempo impõe desafios para o movimento sindical, não apenas em virtude das falsas cooperativas, mas também porque institui a convivência de dois estatutos de trabalhadores: os assalariados e os cooperados/associados. Esse último fato se constitui na principal crítica feita pelas tendências de oposição ao projeto de cooperativismo urbano capitaneado pela articulação sindical,

tendência majoritária da CUT.

Mas mesmo sob as críticas de parte dos sindicalistas, o trabalho da ADS-CUT se dissemina pelo País, conforme revelaram o coordenador da ADS-CUT na Bahia, assim como uma das fundadoras da agência<sup>13</sup>. A Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT possui um escritório nacional, assim como diversos escritórios estaduais e regionais espalhados pelo Brasil. Desse modo, a ADS tem organizado complexos cooperativos nas áreas urbanas e rurais do País.

Na Bahia, a Agência apoia empreendimentos situados em municípios do interior do estado e em Salvador (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/BAHIA, 2005). Entre os anos de 2006 a 2008, havia, na Bahia, 60 empreendimentos solidários acompanhados pela ADS, Unisol Brasil e Ecosol<sup>14</sup>.

A partir de 2004, como desdobramento do próprio trabalho da ADS-CUT, e da sua parceria com Unisol Cooperativas e outras instituições de apoio à economia solidária, foi criada a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol Brasil). Trata-se do nascimento da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários de âmbito nacional, cujo principal objetivo é representar politicamente os empreendimentos e as cooperativas filiados. Deste modo, o trabalho de mobilização, pressão e representação política dos trabalhadores cooperados e associados, que inicialmente foi assumido pela ADS-CUT, a partir de 2004, passou a ser de responsabilidade da Unisol Brasil. Para se filiar a Unisol, os empreendimentos precisam estar legalmente reconhecidos, sob a forma jurídica de cooperativa ou associação. Ademais, cabe aos empreendimentos rentáveis o pagamento de uma taxa de contribuição à instituição, no valor de 1% da renda anualmente obtida. No tocante à estrutura organizativa, o estatuto social da Unisol Brasil estabelece a existência das seguintes instâncias

---

13 A referida entrevista foi feita com a consultora técnica da ADS na Bahia. Atualmente, ela é consultora da Unisol Brasil na Bahia.

14 Primeiramente, é necessário informar que a Unisol Brasil e a Ecosol são duas instituições que nasceram do trabalho desenvolvido pela ADS em parceria com outras organizações de apoio e fomento à economia solidária. A Unisol Brasil foi criada em 2004 e passou a assumir o trabalho de representação política dos trabalhadores cooperados e associados. E o Sistema Nacional de Economia e Crédito Solidário (Ecosol) foi criado em 2003, com a missão de “promover a inclusão financeira da população como estratégia para redução da pobreza” (JESUS, 2010). Por fim, registra-se que não foi possível realizar uma caracterização da totalidade de empreendimentos solidários acompanhados pela ADS juntamente com Unisol e Ecosol, por conta da falta de dados sistematizados nas referidas instituições. Desse modo, durante a pesquisa constatamos que tais instituições não dispõem de um banco de dados (ou ao menos um cadastro organizado e atualizado) sobre as principais características dos empreendimentos apoiados. Diante da escassez de dados, sobretudo da falta de registro do trabalho da ADS, uma das principais dificuldades encontrada na pesquisa foi a de mapear o trabalho da Agência e da Unisol no Brasil e na Bahia. Tal dificuldade foi atenuada pelas informações conseguidas com uma das fundadoras da ADS no estado, que atualmente é consultora da Unisol. Esta consultora possuía uma relação (com os nomes e endereços apenas) da totalidade de empreendimentos acompanhados pela ADS, Unisol e Ecosol no estado da Bahia.

deliberativas: Conselho Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, ambas eleitas pela Assembléia Geral para um mandato de três anos. Quanto ao cargo de Diretor Adjunto da Executiva, registramos que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) é quem indica o nome. A assembleia, por sua vez, é composta pela totalidade de filiados que se encontre em situação regular com a Central. Vale destacar que o Conselho Geral é a maior instância deliberativa da Unisol Brasil. Ele é composto por nove integrantes da Executiva, pelos Coordenadores Regionais e Setoriais e Conselheiro Adjunto.

Atualmente, a Unisol Brasil possui 800 cooperativas ou empreendimentos solidários filiados, que estão distribuídos por todos os estados do Brasil. No tocante à distribuição das entidades filiadas a Unisol por setores econômicos, a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários revela que os setores predominantes são: metalurgia/polímeros, alimentação, construção civil/habitação, confecção e têxtil, cooperativas sociais, reciclagem, artesanato, agricultura familiar, apicultura e fruticultura<sup>15</sup>.

### **Uma breve abordagem sobre o perfil dos entrevistados**

Foram pesquisados 15 empreendimentos solidários que mantiveram ou ainda mantêm relação com a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT. Quanto à distribuição destes por ramos de atuação, a maioria dos casos é do Complexo de Reciclagem, perfazendo um total de 5 cooperativas. Os demais empreendimentos estudados estão distribuídos da seguinte forma: alimentação, 3 empreendimentos; artesanato (3), alimentação e artesanato (1) e costura (3).

A maior parte (isto é, 69%) dos empreendimentos está situada na cidade de Salvador. Os demais se encontram distribuídos entre os municípios de Lauro de Freitas/BA, Nova Esperança/BA e Nova Fátima/BA, com 1 empreendimento em cada cidade mencionada.

Quanto ao início das atividades, todos os empreendimentos pesquisados começaram a funcionar a partir de meados da década de noventa, expandindo-se consideravelmente na década atual. Desse modo, verificamos que o empreendimento pesquisado mais antigo se iniciou em 1996. Esses dados confirmam os achados de outros estudos, a exemplo da pesquisa realizada pela Secretaria Nacional da Economia Solidária (Senaes)/MTE/Brasil que indica que o surgimento e a disseminação de tais experiências estão estreitamente ligados à necessidade de responder ao aumento do desemprego estrutural nos anos 1990 e 2000.

No conjunto foram entrevistados 30 trabalhadores cooperados/associados. Quanto ao perfil dos entrevistados, chama atenção o fato de 80% dos entrevistados serem do sexo feminino e apenas 20% do sexo masculino. Dado que confirma a assertiva de que a precarização do trabalho é vivenciada de forma diferenciada por alguns segmentos da classe trabalhadora, especialmente: as mulheres, os

---

15 As informações foram obtidas no *site* da Unisol Brasil, disponível em: <[www.unisolbrasil.org.br/](http://www.unisolbrasil.org.br/)>.

negros e os jovens (ARAÚJO, 2007; DRUCK, OLIVEIRA, JESUS, 2010; HIRATA, PRÉTECEILLE, 2002). A maior quantidade de trabalhadoras cooperadas, associada ao fato de o principal motivo revelado para a criação dos empreendimentos solidários ser a necessidade de geração de trabalho e renda, parece confirmar os dados sobre o mercado de trabalho quanto ao fato de que o desemprego e a informalidade são maiores entre as mulheres do que entre os homens. Uma das sindicalistas entrevistada revelou que apesar de existir um reconhecimento na CUT de que as mulheres são as mais afetadas pelo processo de precarização social do trabalho, a Central não tem uma política para as trabalhadoras cooperadas da ADS.

A maioria dos entrevistados (isto é, 83%) declarou que o principal motivo para a criação dos empreendimentos foi a necessidade de geração de renda. Quanto à trajetória profissional, a maioria dos entrevistados (66%) afirmou ter trabalhado com carteira assinada antes de entrar na cooperativa. Os dados do perfil dos entrevistados confirmam a tese de que as cooperativas, em geral, agregam os trabalhadores “sem emprego”, isto é, os desempregados e trabalhadores informais (BARRETO, 2005). Estes trabalhadores, diante da dificuldade de inserção no mercado de trabalho, aderem ao cooperativismo como forma de obter renda. Este dado indica que as cooperativas, em geral, são criadas muito mais por motivações imediatas vinculadas à necessidade de subsistência dos cooperados do que por afinidade ou vinculação ideológica aos princípios da economia solidária.

Por fim, registramos que os resultados apresentados a partir do estudo de caso realizado possuem o limite inerente a esta modalidade de pesquisa, qual seja: o da impossibilidade de generalização estatística. Assim, os empreendimentos selecionados não se constituem numa amostra representativa do fenômeno estudado. Logo, os resultados apresentados ao longo das próximas seções não revelam a totalidade do realizado pela ADS-CUT na Bahia (muito menos no Brasil).

### **A ADS-CUT e a proposta de geração de trabalho e renda nos casos estudados**

O projeto de cooperativismo da ADS foi estruturado em torno dos seguintes programas: 1) Programa nacional de crédito solidário; 2) Programa de Educação; 3) Programa de Pesquisa; 4) Programa de incubação e formação de economia solidária. Estes programas visam à superação das limitações objetivas e subjetivas vinculadas à experiência cultural dos trabalhadores e à viabilidade econômica dos empreendimentos solidários, por meio do cooperativismo. Sob tal enfoque, a ação da CUT está voltada para a promoção de uma mudança cultural, isto é, de alteração no comportamento dos sujeitos envolvidos no processo associado à capacidade técnica. Para efeitos da análise que pretendemos fazer, o foco do debate empreendido nessa seção recairá sobre a proposta da ADS-CUT de criação de trabalho e renda.

Ferraz (2005), ao analisar as propostas contidas nos programas, argumenta que a inserção da Central no campo da economia solidária não deve ser concebida apenas como uma estratégia de caráter defensivo, no sentido de ser apenas uma resposta ao desemprego, pois representa um esforço para a criação de uma cidadania não salarial. Nesse sentido, o autor afirma que, durante os anos 1980, o marco de luta

da CUT sempre foi a cidadania salarial no contexto do padrão fordista. Entretanto, a partir da crise do fordismo e das altas taxas de desemprego estrutural, a Central admite que sua luta não poderia se limitar aos marcos da cidadania salarial e, por essa razão, cria um projeto em torno da cidadania não salarial, visando abarcar os trabalhadores desempregados por meio do cooperativismo.

De fato, nossa pesquisa corrobora a tese de Ferraz de que o projeto de cooperativismo urbano da CUT agregou os trabalhadores em torno da proposta da cidadania não salarial. Todavia, pelo menos nos 15 empreendimentos pesquisados, os dados apontam a “cidadania não salarial” como regressiva, na medida em que dissemina experiências precárias de trabalho, nas quais os trabalhadores não conseguem obter nem mesmo uma renda mínima todo mês. Ademais, a atuação em torno da conquista desse tipo de cidadania não tem sido feita como um meio para organizar a luta de classe, agrupando os trabalhadores em torno de uma perspectiva classista.

Constatamos, também, que a materialização da proposta de cidadania não salarial da CUT tem levado ao estabelecimento de uma ruptura entre as noções de trabalho e desemprego, por meio da qual o desempregado vê sua condição de trabalhador e de classe ser posta em segundo plano. São tratados como “cidadãos”, “cooperados” ou “associados” e não como trabalhadores. Conforme Santos (2000), a noção de desemprego deve ser compreendida como a negação do trabalho remunerado ou assalariado. Portanto, tal a noção diz respeito à “privação de um desejo” do trabalhador em obter, através da venda da sua força de trabalho, os meios necessários à sua reprodução. De acordo com esta linha interpretativa, o desempregado não perde a sua condição de trabalhador, apenas não consegue concretizar o seu desejo de trabalhar. O problema é que a proposta de cidadania não salarial desvincula o desempregado da sua condição de trabalhador e passa a tratá-lo apenas como “cidadão”.

Ademais, na condição de cidadãos, os desempregados devem constituir estratégias de subsistência que não passem necessariamente pelo trabalho remunerado. Enfim, o desempregado subsumido na categoria de “cidadão” é destituído dos atributos jurídico-institucionais dos direitos do trabalho e da previdência social. Na prática, este tem sido o fundamento da cidadania não salarial: a valorização das estratégias de sobrevivência, do subemprego ou “subdesemprego”<sup>16</sup>.

---

16 O termo subdesemprego foi tomado emprestado de Santos (2000). Segundo o referido autor, há uma diferença entre quem tem um trabalho e faz “bicos” para complementar renda e aquele que faz bicos como estratégia de sobrevivência mínima. Estes indivíduos vivenciam de forma distinta a experiência do subemprego: “O primeiro não está sofrendo o desgaste do desemprego. Desgasta-se por possuir baixa renda; trabalhar mais de dois turnos, enfim, ser atingido por todos os malefícios que sobrevêm da organização do trabalho e da política salarial. Entretanto, ele se sente inserido, se sente um trabalhador. No segundo caso, ele terá todos os problemas do primeiro, acrescido da crise de ser desinserido. Mesmo com esse subemprego, ele continuará se sentindo um desempregado, o que representa um enorme prejuízo para a sua identidade social, como pertencente ao grupo de trabalhadores. Por isso, denomino esse segundo indivíduo de subdesempregado, que difere bastante da condição de subempregado, no sentimento de pertença ao grupo dos trabalhadores, dos normais, dos que têm utilidade, dos inseridos” (SANTOS, 2000, p. 203).

Enfim, a pesquisa nos empreendimentos revelou que estas estratégias de sobrevivência têm sido insuficientes para garantir a seguridade econômica e alimentar dos trabalhadores associados. Estes, ao aderirem o cooperativismo, deixam a condição de desempregado para adentrarem no mundo do subemprego ou do subdesemprego, nos termos propostos por Santos (2000):

A produção aqui realmente varia. Tem mês que a gente nem produz, entendeu? Às vezes, nós temos que buscar funções independentes da cooperativa. No caso das meninas mesmo que não têm emprego, mas sabe fazer [algum serviço doméstico], tomar conta de uma criança, sabe lavar uma roupa, então, essas pessoas se mantêm daquilo que elas acham fora daqui (Empreendimento solidário B; sexo feminino; negra e ensino médio completo).

Em toda a história da cooperativa a remuneração não chegou a 150 reais por mês. Eu acho que é porque as pessoas não dão credibilidade ao trabalho das cooperativas. As cooperativas têm que ser mais valorizada (Empreendimento solidário A; sexo feminino; negra e ensino médio completo).

Prefiro trabalho com carteira. Eu já trabalhei um bocado de tempo com carteira. Lá eu tinha meus direitos, carteira é tudo, né? E quando eu trabalhei sem carteira, nunca mais eu ganhei nada. Não tem salário nenhum. Quando eu trabalhava com carteira, eu ganhava melhor, dava para comprar uma roupinha melhor para meus filhos (Empreendimento F; sexo feminino; negra e ensino fundamental incompleto).

[...] hoje no mercado de trabalho, você trabalha e você tem certeza que no final do mês vai receber seu salário. E na cooperativa não é assim. A gente sabe que na cooperativa você pode ganhar mais que um salário ou menos e você vai desprender do mercado formal, que é um sacrifício imenso. Vai trabalhar na cooperativa o mês inteiro. E vamos supor que a cooperativa não dê lucro de um salário mínimo, e aí como você vai se sentir? Você vai trabalhar o mês inteiro, e como diz a CLT, o pagamento digno de um trabalhador é o salário mínimo e têm cooperativas que não conseguem pagar um salário mínimo ainda (Empreendimento solidário B; sexo masculino; negro e ensino superior incompleto).

Há quem defenda que o trabalho precário (o subemprego) é uma forma de exercício do saber-fazer do trabalhador, de manter redes e de busca pela construção de outro tipo de economia, baseada na solidariedade e na autogestão. A pesquisa nos empreendimentos revelou que nada disto tem adiantado muito, pois os trabalhadores cooperados, na maioria das vezes, não se sentem inseridos, e não conseguem, por meio destas estratégias de sobrevivência, obter o mínimo para sua subsistência e de seus familiares – 100% dos entrevistados afirmaram não ser possível manter uma regularidade de demanda por serviços, e, conseqüentemente torna-se impossível a existência de renda mensal.

Por isso, no momento em que encontram uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho, abandonam o ideário da “economia solidária”. Desse modo, nos empreendimentos estudados, verificamos que não tem sido possível construir uma

“nova cultura” do trabalho, baseada na autogestão. A inexistência de uma cultura autogestionária nos empreendimentos estudados pode ser evidenciada em vários momentos e em todos os empreendimentos, por meio da análise das dificuldades encontradas pelos cooperados em vivenciar os princípios do cooperativismo, assim como pelo modelo de organização do trabalho nos empreendimentos, pela existência de conflitos relativos à forma de remuneração (ou retiradas) e divisão das sobras.

Constatamos que mais de 80% dos cooperados entrevistados vêm a cooperativa de modo pragmático, ou seja, percebem apenas como uma organização que viabiliza um trabalho. Disto resulta, em parte, a dificuldade dos cooperados em vivenciar os princípios do cooperativismo:

Para mim, os princípios do cooperativismo vêm de dentro, um dom das pessoas que realmente nasceram solidárias. Porque aqui já teve cada uma que ave Maria, um problema. As pessoas são criadas para serem empresários ou maus empregados. Não são todos, mas na hora do cooperativismo a gente ver cada coisa. Aqui tem pessoa que ler sobre o cooperativismo, fala de cooperação, mas na prática não tem associativismo não (Empreendimento solidário H; sexo feminino; negra e ensino médio completo).

As dificuldades de trabalhar o cooperativismo são muitas. Aqui, antes era maior, hoje está menor. Aqui, era para entrar como cooperativismo e aí cada uma fazia o seu trabalho, fazia o seu conserto, pegava o dinheiro e botava no bolso. Por mais que falasse: “gente, no caso de vocês fazerem alguma coisa, um conserto, uma parte ter que ir para a cooperativa e a outra parte, como vocês trabalharam, pode ficar, ficar com o restante. Falaram, falaram [...]. E agora, a dirigente se conscientizou e achou que deveria impor que ninguém deveria fazer mais trabalho de conserto na cooperativa. E se fizer tem que ser depois do trabalho da cooperativa. Em primeiro lugar, tira uma parte para cooperativa para depois cada um pegar o seu (Empreendimento solidário I; sexo feminino; negra e ensino médio incompleto).

Outro indicador da falta de uma cultura da autogestão é a reprodução da lógica capitalista no interior dos empreendimentos estudados. Nesse sentido, todos os entrevistados afirmaram que, em momentos de aumento de demanda (pico), o trabalho na cooperativa é intensificado. Os trabalhadores cooperados estendem, portanto, sua jornada de trabalho, que habitualmente é de 8 horas diárias, para dar conta da demanda. Além disso, no caso de demanda muito grande, 100% dos entrevistados revelaram que utilizam o recurso da terceirização do serviço para cumprir os prazos estabelecidos com seu cliente. Em geral, esses empreendimentos já possuem um grupo de pessoas da comunidade que são contratadas em períodos de aumento de demanda:

[...] a gente produz o que precisa ser produzido com o pessoal que a gente tem de apoio da própria cooperativa e mão-de-obra de fora, geralmente que é terceirizada, é quando a gente precisa de garçons, de garçonetes, de acordo com a quantidade que o cliente pede. Aí nós temos também na comunidade garçons que prestam serviços pra gente, e que aí a gente obrigou, de certa forma, ou deixou bem claro para eles que eles



precisariam se aperfeiçoar. Então, eles fizeram cursos pelo SENAC, pra ter certificado e tal, tudo direitinho pra poder prestar serviços pra gente (Empreendimento solidário C; sexo feminino; negra e ensino superior incompleto).

Enfim, a pesquisa de campo revelou que a ADS tem enfrentado grandes dificuldades para efetivar sua proposta de geração de trabalho e renda para os cooperados ou associados. 100% dos empreendimentos não conseguiam manter regularidade de serviços ou produção e renda mensal. É importante assinalar também que em todos os empreendimentos pesquisados os trabalhadores cooperados ou associados não conseguiam auferir uma renda mínima com valor similar ao do salário mínimo.

Vale destacar que a pesquisa realizada pela Senaes apresenta um dado interessante sobre a remuneração dos participantes que nos permite problematizar os dados coletados na nossa pesquisa de campo. A Senaes constatou que, em 2007, existiam 1.687.035 trabalhadores ocupados nos empreendimentos econômicos solidários no Brasil. Em relação à remuneração dos participantes, do total dos 21.578 empreendimentos pesquisados no Brasil em 2007, 50% (ou seja, 10.872) informaram que seus associados recebem remuneração, 10% declararam que seus associados, apesar de ocupados, não conseguem auferir remuneração e 40% dos empreendimentos não quiseram responder esta questão (ATLAS..., 2005). Do total dos que possuem remuneração, aproximadamente 38% recebem até meio salário mínimo; 24%, de meio a um salário mínimo; 26%, de um a dois salários mínimos; 10%, de dois a cinco salários mínimos e 2%, mais de cinco salários mínimos. No segundo mapeamento realizado pela Senaes, entre os anos de 2009 e 2013, não há uma atualização do dado de rendimento auferido pelos trabalhadores cooperados ou associados<sup>17</sup>.

Não tivemos também acesso aos dados de remuneração desagregados por estado e cidade, o que nos permitiria verificar a remuneração dos participantes de empreendimentos solidários da Bahia e Salvador. De todo modo, os dados do primeiro mapeamento feito pela Senaes (mencionados acima) indicam a necessidade de ampliação do escopo da nossa pesquisa para verificar se a situação encontrada nos 15 empreendimentos pesquisados se repete nos demais empreendimentos solidários vinculados à ADS-CUT do estado da Bahia. De outra parte, no trabalho de campo realizado por nós, chama atenção o fato de 100% dos empreendimentos não conseguirem manter uma renda mensal regular.

---

17 As informações extraídas dos dois mapeamentos que integram o *Atlas* estão disponíveis respectivamente em: <[http://base.socioeco.org/docs/sies\\_atlas\\_parte\\_1.pdf](http://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf)> e <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>.

### **A ADS-CUT, a Unisol Brasil e o dilema da representação política dos trabalhadores cooperados nos empreendimentos pesquisados**

Quanto à relação com a ADS-CUT, 40% dos entrevistados afirmaram que mantêm uma relação próxima com a Agência; contra 60% que não têm uma relação orgânica com a ADS. Na verdade, o trabalho da ADS-CUT é mais forte no ramo de reciclagem. De todos os ramos estudados (alimentação, artesanato, costura e reciclagem), o de reciclagem foi o único em que a ADS-CUT conseguiu criar um complexo de cooperativas, contando com 6 empreendimentos. Entretanto, a maior presença da ADS-CUT nos empreendimentos de reciclagem não resultou numa maior viabilidade econômica. Ademais, a maioria dos entrevistados deste setor informou que, no período de realização de nossa pesquisa de campo, a Agência não vinha mantendo uma relação mais orgânica com nenhum empreendimento.

Desse modo, os entrevistados evidenciaram que a atuação ficou restrita aos cursos de formação. Inclusive, uma queixa recorrente era a ausência da ADS-CUT nos locais dos empreendimentos. A maioria dos entrevistados não se sente representada pela ADS, nem mesmo os que participaram do curso de formação da referida agência conseguem ver avanços na representação que a ADS-CUT se propôs a fazer inicialmente.

Na verdade, o coordenador da ADS-BA afirmou que a Agência, visando à consolidação desta representação política, criou, em conjunto com outras instituições, a Unisol Brasil. Assim, atualmente, o trabalho da ADS ficou mais restrito às práticas educativas de assessoria técnica aos empreendimentos. Uma vez consolidados, os empreendimentos devem se filiar à Unisol Brasil.

O coordenador da ADS-CUT na Bahia apontou também que o trabalho da Agência na capital baiana e nos centros urbanos, de um modo geral, é incipiente, se analisado comparativamente com o trabalho desenvolvido pela Agência no meio rural. Essa situação foi justificada pelo fato de o cooperativismo e de o associativismo serem, historicamente, práticas mais tradicionais no meio rural. Outro fator explicativo apresentado pelo entrevistado para a fraca atuação da ADS-CUT era a falta de recursos da Agência. Nos seus primeiros anos, a ADS-CUT firmou uma parceria com instituições holandesas que garantiu por um período a manutenção financeira dos trabalhos da Agência, sobretudo o pagamento dos técnicos vinculados à instituição. Entretanto, após a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, visto como um governo de esquerda e da base dos trabalhadores, essas instituições internacionais avaliaram que o Brasil não precisava tanto dos recursos como outros países em desenvolvimento ou considerados mais pobres e que não possuíam governos comprometidos com a causa social.

A perda desses financiamentos levou a ADS a vivenciar uma crise, pois seus recursos foram reduzidos. Hoje, a Agência, para desenvolver seu trabalho, conta com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Banco do Brasil, conforme revelou o entrevistado. Mas ainda assim, a capacidade de contratação de técnicos para desenvolver o trabalho foi reduzida sobremaneira, uma vez que os recursos públicos são disputados por outras instituições de apoio à economia solidária.

Em relação à Unisol Brasil, a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil, a situação se complexifica ainda mais. Primeiro porque 83% dos entrevistados afirmaram que seus empreendimentos não possuem vínculo com a Central. Entre os cooperados que afirmaram conhecer a Unisol, a avaliação predominante é de que a central de empreendimentos não os tem apoiado e, por essa razão, não se sentem motivadas a filiar-se à instituição.

Um dos entrevistados afirmou que na área de reciclagem, a Unisol tem tentado realizar um trabalho de representação política dos empreendimentos em torno de um polo denominado pela própria Central de “Polo lixo cidadania”. Mas ainda assim, os entrevistados desse empreendimento possuem uma avaliação negativa do trabalho da Central de Empreendimentos, pois consideram que ela deveria estar mais presente, ser mais atuante.

Cerca de 60% dos entrevistados afirmou que a atuação da Unisol, assim como o movimento da Economia Solidária, é muito mais forte no setor rural do que no urbano. Assim, avaliavam que na capital baiana existe um distanciamento da Central dos locais de funcionamento dos empreendimentos e, conseqüentemente, dos trabalhadores cooperados. Os dados da pesquisa indicam que as principais dificuldades encontradas pelos empreendimentos para se filiar a Unisol dizem respeito a duas questões: 1) o problema da não legalização de alguns empreendimentos do setor, ou seja, embora se autodenominem como cooperativa, do ponto de vista jurídico ainda não formalizaram a sociedade; 2) e o pagamento da contribuição que deve ser feito para manutenção das atividades da Unisol.

No que concerne à avaliação da estrutura organizativa e da forma de funcionamento da Unisol, a pesquisa de campo nos empreendimentos solidários revelou que a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (aqui designada de Unisol Brasil), nasceu com os mesmos vícios da CUT, isto é: verticalização e um alto grau de institucionalização.

Nesse sentido, a maioria dos entrevistados revelou que um dos principais problemas da Unisol é seu distanciamento do local de funcionamento dos empreendimentos. O distanciamento entre a Unisol e sua base é maior do que o observado na CUT, já que a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários não possui, em termos de tamanho e capacidade econômica, o mesmo aparelho administrativo da CUT. Assim, a Unisol não consegue desempenhar seu trabalho de assessoria técnica, econômica e jurídica. Ademais, de um modo geral, os membros das entidades filiadas à Unisol Brasil não possuem qualificação técnica para acompanhar e responder às necessidades dos empreendimentos, o que leva a Central a depender de consultores externos.

Em geral, esses consultores possuem uma formação técnica específica (contadores, especialistas em economia solidária, administradores, sociólogos, assistentes sociais, advogados etc.) e são contratados pela Unisol Brasil. Entretanto, a manutenção dos contratos depende da obtenção de financiamento externo, por meio do estabelecimento de parcerias com órgãos governamentais e não governamentais. Isto porque o valor arrecadado com a contribuição dos filiados é insuficiente para a manutenção do trabalho.

Em suma, os entrevistados revelam que a falta de recursos financeiros e de

um forte aparelho administrativo, assim como a falta de qualificação técnica dos membros filiados – que, por sua vez, torna o processo de contratação de consultores técnicos um elemento central para o desenvolvimento do trabalho – acentua o grau de burocratização da Unisol.

### Considerações finais

Com base na pesquisa realizada, constata-se que a globalização, o projeto neoliberal, a reestruturação produtiva e seus impactos sobre o trabalho e o emprego impuseram desafios para ação sindical. Dentre estes desafios, destaca-se a luta por estratégias de geração de trabalho e renda, assim como a necessidade de representar politicamente os desempregados e os trabalhadores informais. A CUT entende que o cooperativismo é um caminho para responder a essas demandas. Todavia, a pesquisa de campo revelou que o trabalho associativo nas experiências estudadas não tem conseguido gerar uma renda mínima mensal. 100% dos empreendimentos estudados não conseguiram manter regularidade de serviços ou de produção, e, conseqüentemente, não tinham como manter uma renda regular para os associados ou cooperados.

No tocante ao dilema da representação política, a pesquisa de campo revelou, ainda, que a ADS-CUT e a Unisol-Brasil têm encontrado obstáculos para representar as demandas dos trabalhadores associados e cooperados. Um dos principais desafios postos às duas entidades é a necessidade de romper com o distanciamento do local de trabalho dos cooperados e/ou associados. Ademais, a falta de recursos financeiros e a ausência de um forte aparelho administrativo acentuam esse distanciamento da direção das entidades em relação a sua base.

Por fim, reafirmamos que os resultados do estudo empírico não podem ser generalizados para o conjunto dos empreendimentos acompanhados pela ADS-CUT e representados pela Unisol Brasil, tampouco para a totalidade dos empreendimentos vinculados à economia solidária. Não obstante, os dados da pesquisa de campo indicam que se por um lado, a incorporação do modelo da economia solidária demonstra o esforço da CUT em responder às demandas dos trabalhadores em relação ao desemprego e à representação dos trabalhadores informais e desempregados; de outro, persiste o desafio de tornar mais efetivo esse esforço no cenário urbano, conforme podemos contatar por meio da análise das experiências concretas de trabalho associado presentes nos empreendimentos apoiados pela ADS-CUT e a Unisol-Brasil.

### Referências

- ALVES, Giovanni. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1999). *Revista de Sociologia e política*, Curitiba, n. 15, p. 11-124, nov. 2000.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* – ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ARAÚJO, Angela M. **Trabalho, precarização e relação de gênero em tempos de flexibilização e reestruturação produtiva**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XIII. GT: Trabalho, precarização e políticas públicas. Recife, PE, 29/05 a 01/06 de 2007.

ATLAS da Economia solidária no Brasil (2005). Brasília: MTE, Senaes, 2005. Disponível em: <[http://base.socioeco.org/docs/sies\\_atlas\\_parte\\_1.pdf](http://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2008.

ATLAS da Economia solidária no Brasil (2013). Brasília: MTE, Senaes, 2013. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

BARRETO, Theo da Rocha. **Trabalhadores informais e desempregados: a precarização como homogeneização “sui generis” na formação dos “sem emprego”**. Um estudo sobre a trajetória de trabalhadores informais e desempregados na RMS, no final do século XX. 2005. 270 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

BOITO JR., Armando; MARCELINO, Paula. **O sindicalismo deixou a crise para trás?** Notas sobre o caso brasileiro. In: ENCONTRO DA ABET (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO), XI. Campinas, set. 2009.

EMPREGO, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente. Brasília: CEPAL/ PNUD/OIT, 2008. Disponível em: <[http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/decent\\_work/pub/emprego\\_desenvolvimento\\_299.pdf](http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/pub/emprego_desenvolvimento_299.pdf)>. Acesso em: 4 nov. 2009.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT. **Resolução do VII Congresso Nacional da CUT**. Serra Negra, São Paulo. 15 a 19 de agosto de 2000. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/system/uploads/document/b914a5d169c187f5c3b4dd5124cbf29f/file/7-congresso-nacional-da-cut-7-concut-15-a-19-08-2000.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2009.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/BAHIA - CUT/BA. **Boletim informativo da ADS/BA**. CUT: Salvador, 2005.

COIMBRA, Ana Livia de Souza. **Sindicalismo e cidadania: análise da participação institucional dos sindicatos dos trabalhadores cutistas em período de crise**. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico de Camaçari**. Campinas: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical. **Caderno CRH**, Salvador, n. 24-25, p. 21-40, jan./dez. 1996. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=176>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

DRUCK, Maria da Graça; FRANCO, Tânia. **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

DRUCK, Maria da Graça; OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de; JESUS, Selma Cristina Silva de. **Precarização social do trabalho no Brasil: o caso da vulnerabilidade dos jovens e dos sindicatos**. In: BRAGA, Taiz; VIDAL, Francisco; NEVES, Laumar (org.). **Trabalho em questão**. Salvador: SEI, 2010.

FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. **Da cidadania salarial à Agência de Desenvolvimento Solidário: o Sindicalismo-CUT e os desafios para inventar uma nova cidadania**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GALVÃO, Andréia. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

HIRATA, Helena; PRETÉCELLE, Edmond. Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica – o debate das ciências sociais na França. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 47-80, jul/dez. 2002.

JESUS, Selma Cristina Silva de. **Da “cidadania regulada” à cidadania regressiva: um estudo de caso do projeto de cooperativismo urbano da CUT**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <<http://www.ppgcs.ufba.br/site/db/trabalhos/642015110556.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

LIMA, Jacob Carlos. **As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção**. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales; TODESCHINI, Remígio. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 135-158.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 129, p. ?, dez. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742006000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 23 jan. 2010.

NORONHA, Eduardo G. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 119-168, 2009.

OGANDO, Claudio. **As fronteiras da economia solidária: uma análise a partir do mapeamento nacional**. [s.d.]. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/artigoocbo.pdf>>. Acesso: 1 dez. 2015.

POCHMANN, Marcio; BARRETO, Reginaldo Muniz; MENDONÇA, Sérgio Eduardo Arbulu. Ação sindical no Brasil: transformações e perspectivas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 10-23, 1998.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O declínio das taxas de sindicalização: a década de 80. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 1-31, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n36/36leoncio.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2008.

SANTOS, João Bosco Feitosa dos. **O avesso da maldição do Gênesis: a saga de quem não tem trabalho**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

SINGER, Paul A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 83-126.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. (org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, Paul. **A economia solidária no governo federal**. Brasília: Ipea, 2004. Disponível em: <[http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BBFBB292256E7/conf\\_textopaulsinger.pdf](http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BBFBB292256E7/conf_textopaulsinger.pdf)>. Acesso: 4 out. 2013.

Recebido em 18/05/2014

Aceito em 16/11/2015